

O JAPÃO, PEARL HARBOR E A SAGA DO ALMIRANTE KIMMEL

Parte XXI

– Gabinete do Subsecretário de Defesa para Pessoal e Prontidão
1º de dezembro de 1955

Promoção do Contra-Almirante Kimmel e do Major-General Short
Na lista de oficiais da reserva
(1ª parte)

Tradução e adaptação: **MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES**
Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

Antecedentes

Propósito

Escopo e informações

Cronologia

Aproximação

As Ações Pessoais

Dispensa dos comandos

Após a dispensa

Avanços na lista de oficiais da reserva

As investigações sobre Pearl Harbor

Uma avaliação corrente

INTRODUÇÃO

Antecedentes

Em 7 de dezembro de 1941, o Almirante-de-Esquadra Husband E. Kimmel, da Marinha dos Estados Unidos (US Navy – USN), era o comandante-em-chefe da Esquadra no Pacífico. O Tenente-General

Walter C. Short, EUA, era o comandante do Departamento do Exército no Havaí. Mais tarde, naquele mês, ambos foram dispensados de seus comandos e revertidos à patente de duas estrelas. O General Short retirou-se definitivamente em 28 de fevereiro de 1942, e o contra-almirante em 1º de março de 1942. O General Short morreu em 1949 e o Almirante Kimmel, em 1968.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Almirante Kimmel, o General Short e suas famílias solicitaram em diferentes ocasiões que fossem adotadas medidas para que avançassem na lista de oficiais da reserva até o mais alto grau que eles haviam conseguido enquanto no serviço ativo.

As solicitações ocorreram sob a lei em vigor. Quando o Almirante Kimmel retirou-se, ele passou para a reserva no seu posto permanente de contra-almirante (ato de 22 de maio de 1917). De modo similar, o General Short passou para a reserva no seu posto permanente de general-de-brigada (ato de 5 de agosto de 1939).

Poucos meses após a passagem para a reserva do Almirante Kimmel, entretanto, a lei foi alterada, o que permitiu a qualquer oficial da Marinha que houvesse servido um ano ou mais no posto de vice-almirante ou almirante-de-esquadra se retirasse nestes postos (ato de 16 de junho de 1942). O Almirante Kimmel não estava amparado porque ele serviu menos de um ano como almirante-de-esquadra. Em agosto de 1947, o Congresso removeu a exigência de um ano do estatuto de 1942; isso tornou o Almirante Kimmel elegível para avançar na lista da reserva para a posição de quatro estrelas. Embora nunca tivesse conseguido tal intento, ele começou a receber seus vencimentos correspondentes ao posto de três estrelas, segundo o ato de 20 de maio de 1958.

O General Short tornou-se elegível para avançar na lista de oficiais da reserva como general-de-divisão com o ato de 1947. Diferentemente da Marinha, nenhum tempo mínimo em serviço foi especificado. Segundo ato de 29 de junho, 1948, o secretário do Exército recebeu autoridade para decidir sobre o avanço de qualquer “oficial comis-

sionado no Exército regular... para o mais alto posto no qual houvesse servido satisfatoriamente por tempo superior a seis meses”. Esse ato deu autoridade ao secretário do Exército para avançar o General Short na lista da reserva. Esse estatuto ainda está em vigor, e recentemente determinou a base jurisdicional para que fosse revisto o caso Short. Embora o setor responsável pela revisão recomendasse por maioria o avanço do General Short, o vice-assistente do secretário do Exército rejeitou a recomendação e negou a promoção *post mortem* ao General Short.

O secretário do Exército retém essa autoridade para avançar o General Short. O secretário da Marinha não possui autoridade similar. Essas solicitações foram revistas nos mais altos níveis dos Departamentos e do Executivo. Cada uma delas foi negada; mais recentemente pelo Presidente Clinton, em dezembro de 1994.

Cedo, em 1995, o senador Strom Thurmond, chefe do Comitê de Segurança Nacional na Câmara, solicitou que o secretário de Defesa participasse de um encontro sobre o tema com membros da família Kimmel. Em resposta a essa solicitação, o então subsecretário de Defesa, John Deutch, o secretário da Marinha, John H. Dalton, e o advogado-geral da Marinha, Steven S. Honigman, encontraram-se com o Senador Thurmond, com os membros da família Kimmel, com historiadores e outras pessoas* em 27 de abril de 1995. Nessa audiência, o Senador Thurmond pediu que o Departamento da Defesa reexaminasse o assunto.

Em resposta, o Subsecretário Deutch, com seriedade, estabeleceu: “...este tema será examinado sem preconceitos, o julgamento será conduzido de maneira justa,

* N.A.: Oficiais-gerais da Marinha, entre eles ex-comandantes de Operações Navais e chefes do Estado-Maior Conjunto.

baseado em fatos e com justiça, e nós, com presteza, chegaremos ao melhor julgamento que pudermos sobre o assunto”.

Em subsequente correspondência, o senador Thurmond solicitou que a revisão atendesse também ao General Short e que fosse por meio do Departamento de Defesa, em lugar do Departamento da Marinha. Em resposta, o subsecretário de Defesa John White solicitou a Edwin Doin, subsecretário de Defesa (Pessoal e Prontidão), que conduzisse uma revisão independente e concluísse os resultados de sua revisão até 1º de dezembro de 1995.

Propósito

O propósito dessa revisão era fazer um esforço deliberado na busca da verdade, por meio de fatos e políticas pertinentes, para o pedido de avançar o Almirante Kimmel e o General Short na relação de oficiais da reserva, e recomendar a ação apropriada baseada nessas considerações e um julgamento sobre elas.

Escopo e informações

Consistente com o desejo do subsecretário para “produzir uma decisão final do Departamento da Defesa que será reconhecida como de forte princípio moral, justa, e baseada em fatos”, essa revisão começa com a compilação e exaustiva revisão de assentamentos escritos, e matérias adicionais especialmente solicitadas para ela. Recursos examinados para essa revisão incluem:

1 – As nove investigações formais do governo sobre os acontecimentos ocorridos em 7 de dezembro de 1941, que culminaram com a publicação do resultado pelo Comitê Conjunto do Congresso (JCC) sobre as Investigações do ataque a Pearl Harbor. Embora as informações pelo JCC estejam contidas em um único volume, a corrente revisão está baseada no exame de documentos originais

e outros contidos em 39 volumes de assentamentos e de audiências, os quais incluem o texto completo das investigações anteriores.

2 – Assentamentos pessoais do Almirante Kimmel e do General Short fornecidos pelo Centro Nacional de Assentamentos Pessoais (NPRC). Os assentamentos do Almirante Kimmel estão completos. Os assentamentos formais do General Short não estão nos arquivos do NPRC e provavelmente foram destruídos durante incêndio em 12 de julho de 1973. Todavia, o NPRC foi capaz de reconstituir algum material sobre o General, de fontes diversas do NPRC e do Departamento de Veteranos.

3 – Assentamentos não oficiais publicados desde 1946, inclusive livros e artigos. Entre os livros examinados estão o do próprio Almirante Kimmel, publicado em 1953, e o recente volume de autoria do Comandante Beach, escrito em apoio ao Almirante Kimmel e ao General Short.

4 – Material associado com diferentes solicitações para o avanço na lista, incluindo correspondência com as famílias, membros do Congresso e o público; material fornecido pelas famílias Kimmel e Short e outros.

5 – Atividades conduzidas especialmente para esta revisão, incluindo:

- encontros com as famílias do Almirante Kimmel, em 20 de novembro de 1995, e do General Short, em 21 de novembro de 1995;

- revisão de informações contemporâneas, incluídos jornais tais como o *Honolulu Advertiser*, o *Honolulu Star-Bulletin* e o *New York Times*, de 1941 e 1942, e referências nesses jornais sobre o Almirante Kimmel e o General Short até o presente;

- revisão de material suplementar referente a *accountability* e responsabilidade fornecido pelo Departamento Militar de Juízes e Advogados Gerais e pelos Serviços Acadêmicos;

- busca de informações detalhadas em Pearl Harbor, incluindo visitas em Pearl

Harbor das Bases Aéreas de Hickman e Weeler e dos alojamentos Schofield, e discussões com o serviço Park, historiadores do Exército e da Força Aérea.

Os eventos associados em Pearl Harbor são numerosos e os registros das investigações, volumosos.

Cronologia

1 – Investigação do Secretário Knox – 9 a 14 de dezembro, 1941.

Em 16/12/41, o Almirante Kimmel e o General Short são dispensados de seus cargos.

2 – Comissão Roberts – 18 de dezembro de 1941 a 23 de janeiro de 1942.

O contra-almirante passa para a reserva em 1º de março de 1942.

O General Short passa para a reserva em 28 de fevereiro de 1942.

3 – Investigação Hart – 12/2 a 15/6/44.

4 – Army Pearl Harbor Board – 20/7 a 20/10/1944.

5 – Corte Naval de Inquérito – 24/7 a 19/10/1944.

6 – Investigação Clarke – 4/8 a 20/9/1944.

7 – Investigação Clausen – 24/1 a 12/9/1945.

8 – Inquérito Hewitt – 14/5 a 11/7/1945.

9 – Comitê Conjunto do Congresso – 15/11/1945 a 23/5/1946.

Aproximação

Como observou o subsecretário Deutch em recente encontro promovido pelo Senador Thurmond, o assunto encaminha-se para o equilíbrio entre *accountability* e justiça.

Adequadamente, seguindo esta introdução, o cerne deste registro é devotado para uma divisão de assentamentos e considerações e julgamento de *accountability*,

responsabilidade e justiça em três distintas localidades.

A passagem do Almirante Kimmel para a reserva no posto de contra-almirante e do General Short no de general-de-brigada foi o resultado direto de duas ações pessoais em cada caso: dispensa de seus comandos em Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e transferência para a reserva em fevereiro e março de 1942. Após a guerra, a legislação foi alterada, o que permitiu o avanço na lista de oficiais na reserva; todavia, os responsáveis, na ocasião, declinaram, em relação aos oficiais generais em causa, de aplicar a nova lei.

Muito do debate na Justiça para o Almirante Kimmel e o General Short está centrado no encontrado nas várias investigações formais. A seção III desta revisão relata essas investigações.

As famílias estão preocupadas com “o estigma e a infâmia” que fluíram das primeiras acusações e seus persistentes efeitos na opinião pública. Logo, não é suficiente rever

somente as ações pessoais e investigações, as quais constituem as ações formais dos governos nesses casos, então a seção IV dessa revisão diz respeito ao “julgamento da opinião pública”.

As famílias estão preocupadas com “o estigma e a infâmia” que fluíram das primeiras acusações e seus persistentes efeitos na opinião pública

AS AÇÕES PESSOAIS

Essa seção aponta três ações pessoais afetando o Almirante Kimmel e o General Short: dispensa de seus comandos em Pearl Harbor em dezembro de 1941; suas passagens para a reserva em fevereiro e março de 1942; e as decisões de não avançá-los na lista de oficiais da reserva.

Dispensa dos comandos

Em 1º de fevereiro de 1941, o Contra-Almirante Husband E. Kimmel sucedeu ao Almirante J. O. Richardson como comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico. Ao assumir essa posição de comando, o Almirante Kimmel automaticamente recebeu o posto temporário de almirante de quatro estrelas. A esse tempo, o mais alto posto permanente que oficiais poderiam atingir era o de contra-almirante ou general-de-brigada. Imediatamente após o ataque japonês, o secretário da Marinha voou, em 8 de dezembro, para Pearl Harbor, a fim de conduzir investigações preliminares. Seguindo as informações ao Presidente em 14 de dezembro, o Almirante Kimmel foi dispensado do comando e revertido ao seu posto permanente de contra-almirante.

Similarmente, o General-de-Brigada Short substituiu o General-de-Brigada Herron no Departamento do Exército no Havaí e assumiu o posto temporário de general-de-divisão. O General Short foi dispensado do comando, também em 16 de dezembro de 1941, e revertido ao seu posto permanente de general-de-brigada.

Por motivos legal e prático, o comando nas Forças Armadas dos Estados Unidos tem um caráter especial. Esse caráter é diferente de posto. A necessidade de manter a boa ordem e a disciplina em todos os níveis de comando, quando vidas estão em jogo, cria um ambiente único para o comando de organizações militares.

Como a Corte Suprema tem observado, “nenhuma organização militar pode funci-

onar sem estrita disciplina e regulamentação que seriam inaceitáveis na vida civil” e direitos de homens nas Forças Armadas devem *perforce* ser condicionados para encontrar certas demandas extraordinárias de disciplina e dever...”.

Não existe direito adquirido ou direito para comandar. Ninguém na carreira militar tem um direito para qualquer designação particular ou posição, e nenhum militar pode ser redesignado para uma posição de maior ou menor responsabilidade por oficial mais graduado na cadeia de comando, a seu critério. Esta autoridade emana dos poderes constitucionais do presidente como comandante-em-chefe e é tão bem estabelecida que nenhuma corte jamais reconheceu um direito em “razão do processo” de revisão de

**Como a Corte Suprema
tem observado, “nenhuma
organização militar pode
funcionar sem estrita
disciplina e
regulamentação que seriam
inaceitáveis na vida civil”**

peçoal militar de decisão de designação. A autoridade para fazer tais mudanças permanece uma chave constitucional prerrogativa do presidente, e a necessidade prática de tal autoridade no contexto único dos militares permanece central para a realização das missões militares.

Um oficial pode ser dispensado do comando se um superior decide que o oficial falhou no exercício de um correto julgamento. Além do mais, um oficial pode ser dispensado do comando simplesmente por uma razão inteiramente subjetiva da perda de confiança pelos superiores na cadeia de comando. Os caminhos para o destaque de um oficial em comando refletem a importância crítica da confiança na cadeia de comando, e a muito alta natureza discricionária da decisão para dispensar um oficial em comando. As regras em 1941 eram muito similares às de hoje:

“A única posição de confiança e responsabilidade que um oficial em comando possui; sua responsabilidade em moldar a moral, boa ordem e disciplina com o comando; e sua influência nos requerimentos da missão e na prontidão do comando fazem imperativo que os superiores imediatos tenham inteira confiança no julgamento do oficial e na habilidade para comandar”.

No total, a dispensa não implica a ocorrência de má conduta ou de *performance* insatisfatória, mas meramente na perda de confiança com respeito ao específico comando em questão. Dado o escopo da derrota em Pearl Harbor e a necessidade de reestruturar as forças no Pacífico para a conduta da guerra, segue que as dispensas do Almirante Kimmel e do General Short foram consistentes com a prática militar. Seus afastamentos também foram razoáveis porque a investigação da Comissão Roberts, que começou naquela época, poderia utilizar seu tempo e sua atenção em prejuízo das atividades da guerra.

A norma para o afastamento de um oficial em comando não é porque ele tenha objetivamente se conduzido mal, o que justificaria tal dispensa, porém se o seu superior, subjetivamente, concluiu se ele pode permanecer em comando, efetivamente, em tais circunstâncias. Servir em posição de comando é um privilégio, não um direito. A dispensa de um oficial em comando pode causar embaraço ou prejuízo para sua reputação, porém este é um risco inerente ao próprio exercício do comando, como teria sido evidente para o Almirante Kimmel, em particular, quando sucedeu ao Almirante Richardson, que foi sumariamente afastado pelo Presidente Roosevelt.

Servir em posição de comando é um privilégio, não um direito

Conceitos sobre “ser razoável, direito e justo” devem submeter-se às necessidades do país e das Forças Armadas. Conseqüentemente, é difícil discutir se a dispensa do Almirante Kimmel ou do General Short foi “injusta ou incorreta”, em razão da magnitude do desastre em Pearl Harbor e suas posições no comando direto das forças derrotadas. Além do mais, o comandante de Operações Navais também foi dispensado pouco depois, embora fosse designado para outra função de quatro estrelas.

Após a dispensa

Seguindo suas dispensas dos comandos do Havaí, o Almirante Kimmel e o General Short reverteram aos seus postos permanentes e receberam funções temporárias. Ambos esperavam novos comandos compatíveis com os anteriores, em que pudessem contribuir com o esforço de guerra.

Essas designações não ocorreram imediatamente. Eventualmente, o General Short apresentou o seu pedido de transferência para a reserva. Embora pensasse que seu pedido não seria aceito, ele foi passado para a reserva em 28 de fevereiro de 1942.

O Almirante Kimmel soube que o General Short havia submetido seu pedido de passagem para a reserva e interpretou-o como um sinal de que deveria fazer o mesmo.

Ele o fez e retirou-se em 1º de março de 1942. Sob as leis em vigor, ambos os oficiais retiraram-se nos seus postos permanentes de duas estrelas.

É afirmado em várias fontes que o Almirante Kimmel e o General Short “foram forçados a passar para a reserva”. Não existem evidências que sustentem tal asserção.

Em seu lugar, parece que novas designações não foram imediatamente sinalizadas, e o General Short iniciou uma cadeia de eventos que foram aceitos como valor de face, para o desapontamento de ambos, dele e do Almirante Kimmel. Esses acontecimentos levaram a duas questões. **A primeira:** deveriam novas comissões ser dadas ao Almirante Kimmel e ao General Short? **A segunda:** deveriam as solicitações de passagem para a reserva ter sido aceitas? Três e quatro estrelas são poucas e importantes posições. Na Marinha, em 1941 por exemplo, havia somente seis. Não é surpresa nem é inapropriado que os líderes àquela época, tendo dispensado o Almirante Kimmel e o General Short de seus comandos no Havaí e considerando as conclusões da Comissão Roberts que apontavam “falha deliberada ou acidental para fazer o que deveria ser feito como parte de seu trabalho” (“desamparo de dever”), não encontrassem imediatamente outra posição em posto equivalente para eles.

É importante lembrar que a situação da causa aliada no Atlântico e no Pacífico era extremamente crítica nos dias difíceis do começo de 1942. A maior necessidade nacional àquele tempo era buscar a guerra global contra a Alemanha e o Japão. Qualquer coisa que distraísse as energias do comando para esta causa teria sido insensata. Dentro dessas circunstâncias, teria sido certamente surpreendente se os líderes de então houvessem declinado da oportunidade de aceitar os pedidos de passagem para a reserva dos oficiais mais visivelmente associados com o desastre de Pearl Harbor, e deste modo colocar a debacle diante deles.

Novamente, conceitos sobre “ser razoável, direito e justo” devem submeter-se às necessidades do país e das Forças Armadas. Todavia, é difícil concluir que aceitar o pedido de passagem para a reserva foi incorreto naquele momento. O posto de

duas estrelas é de muito prestígio; de modo algum ignominioso.

Embora a legislação pós-guerra tenha eliminado a diferença entre a graduação permanente e temporária do nível duas estrelas e abaixo, hoje as graduações de três e quatro estrelas permanecem como categorias especiais. Certamente, sob a lei corrente, posições ocupadas por generais-de-divisão, vice-almirantes, generais-de-exército e almirantes-de-esquadra são posições de “importância e responsabilidade”. Um oficial pode ser designado para essas posições somente se for indicado pelo Presidente e confirmado pelo Senado. O processo deve ser repetido se um oficial servindo com três ou quatro estrelas for transferido para outra comissão no mesmo posto. Similarmente, ocupantes de tais posições podem ser transferidos para a reserva no mesmo posto somente se o Presidente indicá-lo e o Senado confirmá-lo. De outro modo, o oficial passará para a reserva como duas estrelas ou abaixo. Em anos recentes, os serviços têm declinado de buscar a indicação de vários oficiais no exercício de posições de três estrelas para ocupar na reserva esta mesma patente, e o Senado declinou de confirmar pelo menos uma outra. Todas, pelo critério adotado, poderiam ser consideradas como questões administrativas, indiscrições pessoais ou erro de julgamento – nenhuma envolvendo perdas de vidas.

Avanços na lista de oficiais da reserva

As Forças Armadas foram governadas durante a guerra por leis que distinguiam entre postos permanentes e temporários. O rápido crescimento em todos os postos durante a guerra criou disparidades significativas entre postos permanentes e aqueles muito mais altos nos quais muitos oficiais lutaram durante grande parte da guerra. Reconhecendo que tais disparidades cau-

savam efeitos injustos nos postos na reserva, o Congresso votou o Officer Personnel Act de 1947, cujo escopo, entre outras coisas, era permitir que oficiais avançassem na lista de oficiais da reserva ao mais alto posto que eles tenham atingido quando no serviço ativo durante a guerra.

Oficiais, inclusive generais de uma ou duas estrelas e almirantes (alguns dos quais foram rebaixados quando transferidos para a reserva), foram beneficiados com a instituição desse ato. Todavia, líderes àquele tempo declinaram de avançar o Almirante Kimmel e o General Short amparados nesse ato. Existe muito pouco nos assentamentos que indique por que essas decisões foram tomadas.

Ao tempo dessas decisões, a guerra havia terminado e os registros completos das audiências do Comitê Conjunto do Congresso sobre o ataque a Pearl Harbor (inclusive as mensagens japonesas decodificadas, as quais têm sido a base de muitos debates subseqüentes) foram tornados públicos. Seguiu-se que essas decisões devem ter sido decisões informadas. Claramente, as decisões foram tomadas com a discricção daqueles que as tomaram no devido tempo.

Além do mais, aquelas decisões foram revistas em diferentes administrações, em numerosas ocasiões, nos mais altos níveis, e, em cada caso, os que tomaram as decisões declinaram de propor o avanço.

Presumivelmente, as decisões de não avançar o Almirante Kimmel e o General

Short foram baseadas em suas atuações em Pearl Harbor. Conseqüentemente, determinar se essas decisões foram justas requer o exame dessas atuações. As conclusões finais das investigações na Marinha e no Exército e pela JCC sobre o ataque a Pearl Harbor foram de que ambos não eram culpados de ofensas que determinassem corte marcial, porém de que haviam cometido “erros de julgamento”. Além do mais, o secretário da Marinha tornou explícita sua determinação das implicações que esses erros tinham na carreira do Almirante Kimmel: que ele “havia falhado ao demonstrar o julgamento superior necessário para o exercício do comando a ele atribuído” e, desse modo,

o secretário considerava que “ações apropriadas deveriam ser tomadas para assegurar que o Almirante Kimmel não fosse reconduzido para o serviço ativo no futuro para qualquer posição na qual o exercício de julgamento superior fosse necessário”.

“Existe uma grande diferença entre o grau de falta que não autoriza uma ação primitiva e o nível de atuação que justifique presentear-lo com um privilégio.”

O avanço na reserva é um privilégio, não um direito, e deve ser calcado em desempenho. O Almirante Trost, então chefe de Operações Navais, escreveu em relação a esse assunto: “Existe uma grande diferença entre o grau de falta que não autoriza uma ação primitiva e o nível de atuação que justifique presentear-lo com um privilégio.”* Então, se o obtido na JCC com respeito ao desempenho desses oficiais foi, e permanece válido, não é justifi-

* N.A.: Embora declinasse de fazê-lo em sua carta de janeiro de 1988, posteriormente o Almirante Trost recomendou consideração sobre o avanço do Almirante Kimmel na lista. Sua diferença entre ação primitiva e privilégio, todavia, continua aceitável.

cado. A próxima sessão da revisão aponta esses itens.

AS INVESTIGAÇÕES SOBRE PEARL HARBOR

Houve nove investigações separadas sobre Pearl Harbor de 1941 a 1946. A primeira começou no dia após o acontecimento, quando o secretário da Marinha, Frank Knox, voou para Pearl Harbor para averiguar o ocorrido, a fim de entender o porquê. Em menos de uma semana, o secretário Knox visitou as instalações atingidas em Pearl Harbor e entrevistou numerosas pessoas, incluindo o Almirante Kimmel e o General Short. O relatório do secretário Knox concluía:

“O ataque aéreo japonês sobre a Ilha de Oahu em 7 de dezembro constituiu-se em total surpresa para o Exército e a Marinha. O sucesso inicial, o qual inclui quase todas as perdas realizadas, foi em consequência da falta de um estado de prontidão contra um ataque por ar, por ambos os serviços, Marinha e Exército. Tais declarações me foram feitas por ambos, General Short e Almirante Kimmel, e os dois concordaram que essa era a completa verdade. Nenhum dos comandantes do Exército e da Marinha em Oahu olharam para esse tipo de ataque como probabilidade, pois o perigo de um ataque a partir de navios-aeródromos confrontaria com a superioridade do poder naval americano nas águas do Havai... Nem Short nem Kimmel, no momento do ataque, tinham qualquer conhecimento de clara manifestação de algum movimento de surpresa, feito em Washington, por meio das instruções japonesas para Nomura*...

Não houve qualquer intenção do Almirante Kimmel ou do General Short para apresentar um alibi para a falta de um estado de prontidão para um ataque por ar. Ambos ad-

mitiram que eles não o esperavam, e que não tomaram medidas adequadas para enfrentá-lo caso ocorresse. Ambos viam um ataque por ar como extremamente improvável... Entendiam que se um ataque surpresa viesse a ocorrer, ele dar-se-ia no Extremo Oriente.

As informações do Secretário Knox foram entregues ao Presidente em 14 de dezembro de 1941. Em 16 de dezembro, depois de consultar o Presidente, o secretário de Marinha Knox e o secretário da Guerra Stimson determinaram a dispensa do Almirante Kimmel e do General Short, respectivamente.

O Presidente então estabeleceu uma comissão de cinco membros, chefiada por Owen J. Roberts, da Corte Suprema, para apurar se “qualquer erro acidental ou deliberado ou erro de julgamento da parte do pessoal da Marinha ou do Exército dos Estados Unidos contribuíram para o sucesso obtido pelo inimigo na ocasião mencionada, e, se fosse o caso, quais foram esses erros, e quais foram os responsáveis por eles”.

A **Comissão Roberts** conduziu encontros durante o período de 18 de dezembro de 1941 a 23 de janeiro de 1942, entrevistou 127 testemunhas e examinou um grande número de documentos. Uma das conclusões da Comissão determinou muita controvérsia por parte do Almirante Kimmel e do General Short e por isso é merecedora de destaque na sua totalidade:

“(...) 17 – À luz dos avisos e orientações para tomar ações apropriadas, transmitidas a ambos os comandantes entre 27 de novembro e 7 de dezembro, e a obrigação sob o sistema de coordenação então vigente para uma ação cooperativa nos seus teatros, foi uma ‘falha deliberada’ da parte de cada um deles não trocar idéias e conferir com o outro a respeito do significado e da intenção dos avisos, e as medi-

* N.A.: Embaixador do Japão em Washington D.C.

das apropriadas para a defesa requeridas pela iminência das hostilidades. A atitude de cada, de que não necessitava informar seu pensamento ao outro, e a falta de interesse nisso, as medidas tomadas por um para levar adiante a responsabilidade determinada ao outro sob as provisões dos planos então em vigor, demonstraram da parte de cada um a falta de apreciação das responsabilidades das quais foram investidos e inerentes às suas posições de comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico e comandante-geral do Departamento do Havaí [ênfase acrescentada].

Essas foram as palavras mais duras no relatório que aponta relativamente poucas faltas com as ações de Washington, embora ele reconheça que “evidências que se aproximem de temas relativos ao interesse nacional deveriam permanecer secretas”. O relatório da Comissão Roberts foi submetido ao Presidente em 23 de janeiro de 1942 e liberado ao público em 24 de janeiro de 1942. O Almirante Kimmel e o General Short solicitaram passagem para a reserva um mês depois.

“Falhas deliberadas no exercício do cargo” não eram então um caso que implicasse corte marcial. Embora a corte marcial contra o Almirante Kimmel e o General Short tivesse sido considerada durante 1942, nenhuma solicitação formal ocorreu, em parte em razão de o tempo de guerra necessitar do segredo, e em parte por motivo de dúvidas, se tal solicitação poderia ser sustentada.

O Almirante Kimmel, em particular, sentiu-se mortificado pela acusação de “falhas deliberadas no exercício do cargo” e quase que imediatamente começou a pressionar por uma corte marcial ou outro procedimen-

to formal para limpar o seu nome. Em parte pela continuação do debate sobre Pearl Harbor, porém principalmente graças aos esforços do seu advogado, o Congresso, em 1944, aprovou uma resolução que “determinava aos secretários da Guerra e da Marinha... severamente... proceder sem demora a uma investigação sobre os fatos que envolviam a catástrofe”. Para cumprir tal resolução, os secretários criaram duas comissões, a Corte Naval de Inquérito e a Comissão do Exército sobre Pearl Harbor.

A Corte Naval de Inquérito concluiu que “nenhuma ofensa havia sido cometida, nem qualquer culpa incorrida por parte do pessoal da Marinha”.

Ao analisar o documento, o comandante de Operações Navais, Almirante Ernest King, discordou. Ele encontrou evidências de erro e concluiu:

O Almirante Kimmel, quase que imediatamente começou a pressionar por uma corte marcial ou outro procedimento formal para limpar o seu nome

“(…) 6 – As falhas deliberadas da parte do Almirante [Harold] Stark e do Almirante Kimmel foram falta de omissão e não de ação. No caso em questão, elas indicam

falta de julgamento superior necessário para o exercício do comando ao nível de seu posto e serviços correspondentes, em vez de culpado por ineficiência.

7 – Desde que o julgamento por uma corte marcial não é justificado pelas evidências encontradas, medidas administrativas apropriadas apareceriam, tais como a de relegar a ambos oficiais a posição na qual a falta de julgamento superior não possa resultar em futuros erros”.

Após outras investigações e revisões, o secretário da Marinha, James Forrestal, concordou que os Almirantes Stark e Kimmel “falharam ao demonstrar o julga-

mento superior necessário ao exercício do comando ao nível de seus postos e serviços correspondentes” e considerou que “ações apropriadas deveriam ser tomadas para assegurar que nenhum deles seja reconduzido ao serviço ativo no futuro para qualquer posição na qual o exercício de julgamento superior seja necessário”.

A investigação do Exército, de modo geral, criticou a conduta do secretário de Estado, do chefe do Estado-Maior, do chefe da Divisão do Planejamento da Guerra e do General Short, porém não emitiu recomendações. O juiz advogado-geral do Exército, revendo a documentação, sugeriu que o General Short foi culpado de erros de julgamento, porém que esses erros não chegaram ao nível apropriado para que fosse aberta uma corte marcial.

Os relatórios da Corte Naval de Inquérito e da Comissão do Exército para Pearl Harbor, juntos com o endosso dos secretários, permanecem como “correções” oficiais pelas forças à conclusão da Comissão Roberts de “falha deliberada”. A Corte e a Comissão concluíram que as evidências foram insuficientes para conduzir à corte marcial o Almirante Kimmel e o General Short. Não obstante, as evidências dos eventos de Pearl Harbor culminaram com prolongadas audiências e uma grande quantidade de publicações do Comitê Conjunto do Congresso, JCC, sobre o ataque a Pearl Harbor. A JCC concluiu que “o desastre de Pearl Harbor foi uma falha, com conseqüências de enormes perdas em pessoal e material, do Exército e da Marinha, para instituir medidas apropriadas para detectar a aproximação de uma força hostil, para tornar efetivo um estado

A JCC reconheceu a importância das falhas do Exército e da Marinha em transmitir informações críticas aos comandantes no Havaí

de prontidão de acordo com a guerra que estava próxima, e para empregar cada meio à disposição dos seus comandos para repelir os japoneses”. A JCC reconheceu a importância das falhas do Exército e da Marinha em Washington em transmitir informações críticas aos comandantes no Havaí. Todavia, ela registrou que:

“(…) 8 – ... Os comandantes no Havaí falharam:

(a) – Abdicar suas responsabilidades à luz dos avisos recebidos de Washington, outras informações que possuíam e o princípio da mútua cooperação entre comandos.

(b) – Integrar e coordenar os meios de defesa e alertar apropriadamente as Organizações Militares do Havaí, particularmente à luz dos avisos e inteligência disponíveis no período de 27 de novembro a 7 de janeiro de 1941.

(c) – Efetuar ligação para comunicar a cada um deles sobre a ope-

ração do outro, o que era necessário para a segurança conjunta, e trocar toda a inteligência significativa.

(d) – Manter o maior reconhecimento efetivo dentro dos limites dos seus equipamentos.

(e) – Manter um estado de prontidão nas organizações da Marinha e do Exército a fim de enfrentar todos os possíveis ataques.

(f) – Empregar os meios, materiais e de pessoal sob seus comandos, os quais seriam adequados, no mínimo, para minimizar de modo significativo os efeitos do ataque, ao repelir a incursão japonesa.

(g) – Apreciar o significado da inteligência e outras informações a eles disponíveis.

9 – Os erros cometidos pelos comandantes no Havaí foram erros de julgamen-

to e não de falha deliberada nos exercícios de seus comandos.

Mesmo a minoria dos congressistas, que insistiram nas falhas de civis e militares em Washington, concordou que o alto comando no Havaí ficou sujeito a críticas ao concluir que o Havaí não estava sujeito ao perigo.”

Em conseqüência, o pronunciamento oficial final do governo sobre as responsabilidades por Pearl Harbor concluiu que o Almirante Kimmel e o General Short cometeram erros de julgamento, porém que esses erros não chegaram ao nível de demandar corte marcial. Esses pronunciamentos oficiais deixaram claro que ambos não foram os únicos responsáveis pelo que ocorreu em Pearl Harbor, e que outros também mereceram a culpa. A análise dessa seção demonstra que aquelas avaliações são ainda válidas.

Uma avaliação corrente

Nesse intervalo de 54 anos, aconteceu uma pletera de publicações sobre eventos em Pearl Harbor. Muitos detalhes foram acrescentados para enriquecer nossa compreensão sobre tais acontecimentos, e várias novas introspecções têm sido apresentadas.

Uma leitura objetiva dos registros históricos sugere que a história de Pearl Harbor está longe de ser simples. As razões para a desastrosa derrota forma uma tapeçaria tecida com muitos fios, inclusive a inevitável vantagem do agressor livre de escolher a hora, o lugar e a forma do ataque de surpresa em tempo de paz nominal, e o brilhante planejamento e a perfeita execução pela

Marinha do Japão, cuja capacidade foi seriamente subestimada por muitos americanos.

Dois falhas específicas encontram-se no centro do debate histórico: (1) – a falha da cúpula em Washington, conhecedora das comunicações diplomáticas japonesas, em apreciar completamente e transmitir para os comandantes no Havaí o sentido do foco e a urgência que essas comunicações teriam engendrado, e (2) – as falhas dos comandantes no Havaí em determinar as preparações adequadas à luz das informações que eles possuíam. O balanço desta revisão enfoca essas duas falhas.

Dados o planejamento japonês e a de-

terminação para atacar a esquadra americana no Havaí e os limitados recursos americanos diluídos na vastidão do Pacífico, o ataque a Pearl Harbor provavelmente não poderia ser previsto. Conseqüentemente, a falha em Pearl Harbor não é aquela de previsão do ataque. Antes,

a natureza da falha foram as perdas desproporcionais em vidas e material americanos comparadas com as japonesas. Esta desproporcionalidade foi conseqüência da falha americana para antecipar e preparar-se para a possibilidade de um ataque aéreo de surpresa.

Fica claro hoje, como deveria ter ficado desde 1946 para qualquer leitor sério dos registros do JCC, que o Almirante Kimmel e o General Short não foram os únicos responsáveis pelo desastre em Pearl Harbor.

Dizer que ambos não foram os únicos responsáveis, contudo, não implica necessariamente que eles são isentos de culpa.

Para chegar ao grau de suas responsabilidades, e então de suas *performances*, é

Fica claro hoje, como deveria ter ficado desde 1946, que o Almirante Kimmel e o General Short não foram os únicos responsáveis pelo desastre em Pearl Harbor

necessário considerar suas missões, as informações que possuíam, os recursos que tinham e o que fizeram com essas informações e recursos.

A missão do General Short era a de proteger a Esquadra em Pearl Harbor. No primeiro dia do comando do General Short, 7 de fevereiro de 1941, o chefe do Estado-Maior do Exército, General George Marshall, escreveu-lhe: “A total proteção da Esquadra é “o”, em lugar de “um”, maior apoio para nós, não deve haver dúvidas sobre isto...”. E no seu último parágrafo reiterou:

“Por favor, mantenha claro no seu pensamento que nossa missão é proteger a base e as concentrações navais...”.

O Almirante Kimmel tinha a “tarefa geral” de “tomar todos os passos praticáveis para manter os navios sob seu comando prontos para o combate”. Isso requer adestramento e exercícios... feitos de modo a levar e manter a esquadra em constante prontidão para a guerra em todas as suas fases. Com respeito ao Havaí, a missão do Almirante Kimmel era realizar reconhecimento a longa distância e cooperar com o Exército na defesa da esquadra.

O Almirante Kimmel e o General Short afirmaram que as informações que eles receberam de Washington e de seus próprios assessores foram insuficientemente explícitas ou específicas para induzir grande prontidão para a defesa contra ataque aéreo. Mesmo a mensagem do “aviso de guerra” de 27 de novembro de 1941, testemunharam os comandantes, foi ambígua; não sinalizou qualquer aviso para um próximo ataque de surpresa pelo ar. À luz dessa assertiva de falta de informação, é importante examinar quais informações o Almirante Kimmel e o General Short possuíam.

Primeira: Ambos sabiam que suas principais missões – na verdade suas únicas missões – eram preparar-se para a guerra com o Japão.

Segunda: Sabiam também que a guerra com o Japão era altamente provável. Ao longo de 1941, os jornais eram repletos de notícias de guerra na Ásia e na Europa. O Japão estava em guerra com a China desde 1937, e noticiava-se que cerca de 75 mil soldados japoneses estavam ocupando a Indochina francesa. As tensões entre os Estados Unidos e o Japão estavam crescendo. O Presidente Roosevelt tomou medidas para congelar os bens do Japão nos Estados Unidos e os embarques de óleo; contas para a maioria das exportações para o Japão haviam cessado. Membros de ambas as casas, Câmara e Senado, periodicamente solicitavam ao Presidente Roosevelt que declarasse guerra ao Japão. A agressão japonesa na Ásia e a determinação americana para pará-la tornaram a guerra quase inevitável. A Alemanha, parceira do Japão no Eixo, ocupava a Dinamarca, a Noruega, a Polônia, os Países Baixos e parte da França. A Alemanha atacou a União Soviética nesse verão, e a guerra relâmpago da “Wehrmacht” infligiu maciças perdas aos soviéticos. Os Estados Unidos tornaram-se crescentemente envolvidos em tomar medidas para uma guerra que se aproximava. Os jornais de Honolulu noticiavam o afundamento de um destróier e de um navio-tanque no Atlântico, em novembro de 1941.

Terceira: O Almirante Kimmel e o General Short sabiam que, se a guerra ocorresse, o Japão atacaria primeiro, somente porque essa era a política americana.

Quarta: Ambos sabiam que um ataque de surpresa provavelmente precederia uma declaração de guerra. O Japão começou sua guerra com a Rússia em 1905 em um bem-sucedido ataque de surpresa à esquadra russa em Port Arthur. O ataque do Japão ao norte da China, em 1937, do mesmo modo, não foi precedido de uma declaração de guerra. O Relatório Martin-Bellinger,

de 31 de março de 1941, semelhantemente, observou que “no passado, Orange [Japão] nunca precedeu uma ação hostil por uma declaração de guerra”.

Adicionalmente, em 1º de abril de 1941, a inteligência Naval em Washington alertou todos os Distritos Navais que “experiência tem mostrado que as potências do Eixo freqüentemente começam... [ataques] nos sábados e domingos ou em feriados nacionais...”. O Almirante Kimmel baixou ordem para a Esquadra, quando assumiu, de que “uma declaração de guerra pode ser precedida por: (1) um ataque de surpresa aos navios em Pearl Harbor; (2) um ataque de surpresa por submarinos na área de operações; (3) uma combinação desses dois”. Em 18 de fevereiro de 1941, por exemplo, o Almirante Kimmel escreveu: “Eu sinto que um ataque de surpresa (submarino, aéreo ou combinado) a Pearl Harbor é uma possibilidade”.

O General Short similarmente sabia que um ataque de surpresa era provável, uma vez que ele lera o Relatório Martin-Bellinger.

O Almirante Kimmel e o General Short sabiam que um ataque inicial japonês poderia ocorrer em Pearl Harbor. Embora eles compartilhassem do pensamento convencional da época, sustentado por informações confirmadas de inteligência da movimentação naval japonesa no Extremo Oriente, de que o ataque com maior probabilidade ocorreria no Extremo Oriente, o fato de eles terem tomado medidas vigorosas para a defesa contra ataques de submarinos e sabotagem e de conduzirem exercícios repelindo invasão testemunha para seus entendimentos que a guerra poderia iniciar-se em Pearl Harbor.

Quinta: (...)

Sexta: O Almirante Kimmel e o General Short sabiam que um ataque a Pearl Harbor poderia ocorrer na forma de uma investida procedente de navios-aeródromos. Pouco tempo depois de assumirem seus coman-

dos, ambos receberam cópias de uma avaliação do secretário da Marinha, com a qual o secretário da Guerra concordava, e que dizia:

“Se a guerra vier a ocorrer com o Japão, acredita-se facilmente possível que as hostilidades teriam início por um ataque surpresa à Esquadra ou à Base Naval em Pearl Harbor.

... As inerentes possibilidades de um desastre maior para a Esquadra ou a Base Naval justificam tomar cada passo, tão rapidamente quanto puder ser feito, a fim de aumentar a prontidão conjunta do Exército e da Marinha para protegê-las de um ataque com as características mencionadas acima.

Os perigos previstos, em sua ordem de importância e probabilidade, são considerados os seguintes:

- 1 – ataque aéreo;
- 2 – ataque torpédico aéreo;
- 3 – sabotagem;
- 4 – ataque por submarino;
- 5 – minagem;
- 6 – bombardeio naval.”

O Almirante Kimmel imediatamente queixou-se ao Almirante Stark a respeito das inadequadas defesas do Exército em Pearl Harbor, especialmente aeronaves interceptadores e canhões antiaéreos. O Almirante Stark encaminhou essas preocupações ao General Marshall, e este enfatizou suas próprias preocupações sobre o ataque aéreo:

“Minha impressão sobre o problema do Havaí tem sido a de que se não houver avarias graves infligidas durante as primeiras seis horas de hostilidades, depois disso as defesas que existissem desencorajariam um inimigo pelas perdas em um ataque. O risco de sabotagem e o risco envolvido por um ataque pelo ar de surpresa e por submarino constituem os perigos reais da situação. Francamente, não vejo qualquer ameaça de desembarque nas Ilhas Havaianas enquanto tivermos superioridade aérea...”.

O General Marshall escreveu esses comentários no primeiro dia do General Short no comando do Departamento do Exército no Havaí.

Sétima: O Almirante Kimmel e o General Short sabiam por meio de seus próprios assessores, do perigo de um ataque aéreo. Em 31 de março de 1941, o Almirante Bellinger e o General Martin informaram a ambos, Almirante Kimmel e General Short, que “exitoso, repentino ataque contra nossos navios e instalações navais em Oahu pode prevenir efetivas ações ofensivas de nossas forças no Pacífico Oriental durante longo período... e parece possível que submarinos de Orange (Japão) e/ou rápidas forças de ataque de Orange cheguem a águas havaianas sem alerta de nosso serviço de inteligência”.

Oitava: O Almirante Kimmel e o General Short sabiam, por eventos recentes, que a idéia de um ataque aéreo baseado em navio-aeródromo não era

nova. O General Billy Mitchell previu um ataque por aviões lançados de navios-aeródromos depois de sua viagem à Ásia em 1924. A Marinha dos EUA executou exercícios e jogos de guerra envolvendo ataques aéreos a Pearl Harbor nos anos 30. O Almirante Kimmel e o General Short devem ter tido conhecimento do estupendo ataque de aviões torpedeiros ingleses no porto de Taranto em novembro de 1940, o qual afundou ou avariou os mais modernos encouraçados da Marinha italiana.

Nona: Ambos fizeram pronunciamentos, antes do 7 de Dezembro de 1941, que reconheciam a possibilidade de um ataque aéreo a suas forças. O Almirante Kimmel, por exemplo, em carta ao Almirante Stark em 18 de fevereiro de 1941, registrou: “Sinto que um

ataque surpresa (submarino, aéreo ou cominado) a Pearl Harbor é uma possibilidade”. De modo similar, o *Honolulu Advertiser* de 14 de agosto de 1941, no artigo cuja manchete era “General Short vê Perigo em Ataque Aéreo a Oahu”, dizia que “um ataque às Ilhas Havaianas não é impossível e em certas ocasiões pode não ser improvável”.

Décima: O Almirante Kimmel foi informado, em sumário, a 2 de dezembro de 1941, que a inteligência havia perdido o acompanhamento dos navios-aeródromos japoneses.

A despeito desta pletera de evidências, as dificuldades práticas de executar um ataque aéreo podem haver levado o Almirante Kimmel e o General Short a minimizarem sua probabilidade.

Finalmente, os dois sabiam que o ataque inicial poderia ocorrer dentro de semanas ou dias. A tensão crescia entre os Estados Unidos e o Japão, e, em 27 de novembro de 1941, o Almirante Kimmel recebeu do comandante

de Operações Navais a seguinte mensagem:

“Este despacho é para ser considerado um ‘aviso de guerra’. Negociações com o Japão, tendo em vista a estabilização da situação no Pacífico, cessaram, e um movimento agressivo do Japão é esperado nos próximos dias.

A quantidade de tropas e equipamentos japoneses e a organização das forças navais de ataque indicam uma expedição anfíbia contra as Filipinas ou a Península de Kra, ou possivelmente Bornéu. Providencie apropriada distribuição defensiva preparatória para levar a cabo as tarefas determinadas na WPL 46. Informe às autoridades do Distrito Naval e do Exército. Aviso similar está sendo transmitido pelo Departamento da Guerra.

A Marinha dos EUA executou exercícios e jogos de guerra envolvendo ataques aéreos a Pearl Harbor nos anos 30

Observador Naval especial informará aos ingleses.”

O Almirante Turner, redator da minuta desta mensagem de “aviso de guerra”, esperava que a distribuição de suas forças fosse entendida pelo Almirante Kimmel como suspender com a Esquadra. O Almirante Kimmel, no entanto, não interpretou dessa maneira a frase “*execute an appropriate defensive deployment*” (execute um desenvolvimento defensivo apropriado), e a interpretação dele não era desarrazoada.

O General Short recebeu mensagem similar em 27 de novembro: “Negociações com o Japão parecem haver terminado para qualquer propósito

prático, com somente uma diminuta possibilidade de que o Governo japonês possa retornar com a oferta de continuá-la. Outras ações japonesas imprevisíveis, porém ações hostis possíveis a qualquer momento. Se as hostilidades não puderem, repito, não puderem, ser evitadas, os Estados Unidos desejam que o Japão cometa o primeiro ato aberto de guerra. Esta política não deverá, repito, não deverá, ser implementada de modo a restringi-lo de ações que possam colocar em perigo sua defesa. Antes de uma ação hostil japonesa você está autorizado a conduzir reconhecimentos e outras medidas como achar necessário, porém tais medidas deveriam ser levadas a cabo de modo a não, repito, não alarmar a população civil ou revelar suas intenções. Informe sobre as medidas tomadas. Caso as hostilidades venham a ocorrer, você empreenderá as

Se as hostilidades não puderem, repito, não puderem, ser evitadas, os Estados Unidos desejam que o Japão cometa o primeiro ato aberto de guerra

tarefas assinaladas em *Rorinbow Five* no que se relaciona ao Japão. Limite a disseminação desta mensagem, altamente secreta, ao mínimo essencial de oficiais”.

Logo que recebeu a mensagem do “aviso de guerra” de 27 de novembro, era esperado que o General Short efetuasse a melhor defesa possível, inclusive contra um provável ataque aéreo.

Tem sido discutido que a linguagem do “aviso de guerra” é ambígua. Porém as ações tomadas por todas as partes em Pearl Harbor indicam que elas levaram o aviso a sério e responderam com vigor. O Almirante Kimmel ordenou à Esquadra “exercer extrema vigilância contra submarinos nas áreas de operações e atacar com bombas de profundidade todos os contatos classificados como hostis nas áreas de operações da Esquadra”. De fato, os primeiros atos em 7 de dezembro não foram devidos ao ataque dos aviões japoneses no alvo, porém

muito antes da madrugada pelos agressivos patrulhas anti-submarinos do Almirante Kimmel. Aos navios no porto foi determinado manter os canhões da bateria antiaérea prontos. Após encontro com o Almirante Kimmel, o Vice-Almirante William F. “Bull” Halsey, então comandante da Força de Navios-Aeródromos, colocou sua força em um *war footing* e instituiu patrulhas com seus aviões com ordem para abater qualquer aeronave que encontrasse no ar que não fosse um dos seus*. Ao receber o “aviso de guerra” do Exército, o qual foi escrito de modo ambíguo, o General Short ordenou o Alerta número 1, um alerta contra sabotagem. Então, os comandos no

* N.A.: Não pretendia fazer qualquer comentário ao presente relatório, todavia o Almirante Halsey não respondeu.

Havaí estavam prontos para enfrentar qualquer ataque, exceto um que se aproximasse rapidamente pelo ar.

Adicionalmente, o Almirante Kimmel conhecia três coisas que o General Short desconhecia. **Primeira:** sabia que, em 1º de dezembro, a Marinha japonesa inesperadamente trocou seus indicativos de chamada; essa informação não foi compartilhada com o General Short. **Segunda:** o Almirante Kimmel sabia, em 2 de dezembro de 1941, que o posicionamento de quatro navios-aeródromos japoneses era desconhecido, porque eles mantiveram silêncio rádio entre 15 e 25 dias; esse aparente silêncio rádio, contudo, também não foi dado a conhecer ao General Short, uma vez que o Almirante Kimmel assumiu que os navios-aeródromos permaneciam em águas territoriais japonesas. **Terceira:** o Almirante Kimmel sabia, em 3 de dezembro de 1941, da existência das máquinas Purple, e que o Japão ordenara a determinados consulados e embaixadas que destruíssem seus códigos – “nada de vital importância...” – e não comunicou ao General Short sobre esse fato. Porém a destruição dos códigos sugeria que as hostilidades estavam iminentes, desde que as comunicações entre o Japão e seus funcionários no exterior chegassem a um fim.

Havia duas coisas que o Almirante Kimmel e o General Short não sabiam.

Primeiramente que o ataque inicial japonês teria a forma de um ataque com aeronaves baseadas em navios-aeródromos sobre Pearl Harbor. Deve ser admitido que existiam muitas indicações de que os japoneses tencionavam atacar no Extremo Oriente, e alguns membros-chave dos seus assistentes comungavam seus ceticismos sobre a probabilidade de um ataque a Pearl Harbor. De qualquer modo, constituiu um erro de ambos tirar inferências somente de presunções sobre as intenções do inimigo, e ignorar suas capacidades.

O Almirante Kimmel e o General Short não sabiam exatamente quando as hostilidades começariam. De qualquer maneira, o que eles sabiam teria sido suficiente para que tivessem suas defesas prontas contra ataque aéreo, como eles tinham contra outras formas de ataque.

Então, a questão crucial torna-se: na certeza dos conhecimentos de que os Estados Unidos e o Japão estavam se movendo inexoravelmente e sempre mais rapidamente para a guerra, porém ignorando exatamente onde, quando ou como o Japão atacaria, o que o Almirante Kimmel e o General Short deveriam fazer para resolver suas incertezas?

Por suas ações, o General Short assumiu que teria necessidade de pelo menos quatro horas para um aviso de ataque aéreo. Desde que ele não empregou nenhum de seus meios em reconhecimento e vigilância, poderia conseguir esse aviso somente por meio da Marinha ou de Washington. Pelo acordo em vigor no Havaí, a Marinha era responsável pelo reconhecimento de longo alcance. O Almirante Kimmel não determinou nenhum reconhecimento aéreo a longa distância fora de Oahu. Assim, em 7 de dezembro ele dependeria somente de Washington para receber tal aviso.

Esta exclusiva confiança de Washington para alertas táticos e estratégicos está no coração da falha em Pearl Harbor, e do debate sobre esta falha. Os registros sugerem que autoridades em Washington acreditavam que haviam transmitido avisos estratégicos com suas mensagens de 27 de novembro; nem o Almirante Kimmel nem o General Short entenderam a mensagem dessa maneira. O debate sobre o trabalho com a mensagem japonesa das 14 partes, em 6 de dezembro e na manhã de 7, considerou-a aviso tático. Ambos não a entenderam como aviso tático.

Mais tarde o Almirante Kimmel ponderou: “Essa falta de ação de ambos os Depar-

tamentos, da Guerra e da Marinha, deve estar de acordo com a alta direção política... Essas duas agências deviam subordinação apenas ao Presidente dos Estados Unidos. É impossível acreditar que essas agências de tão provadas confiabilidade e competência deveriam simultânea e repetidamente falhar durante tal crise”. Embora o Almirante Kimmel não soubesse, ao final de 1941, que ele não estivesse recebendo todas as interceptações Magic, ele sabia da existência do Magic e recebeu do Almirante Stark a promessa de provê-lo de todos os alertas disponíveis. Então, de modo prático, ele colocou efetivamente toda sua fé – e a segurança das forças em Pearl Harbor contra um ataque aéreo – na capacidade de Washington em obter e provê-lo, em tempo e sem ambigüidades, de estratégicos e táticos alertas através do Magic e de outras interceptações exclusivamente. Esta fé não se justificava, nem era consistente com a utilização de outros desenvolvimentos tecnológicos da época, ou anteriores.

Mesmo com a atual inteligência via satélite e a comunicação instantânea por todo o mundo, ainda não é prudente depender exclusivamente de Washington por informações em tempo e sem ambigüidades.

Os registros de 1941 são plenos de urgentes solicitações do Almirante Kimmel e do General Short por mais recursos, especialmente caças e aeronaves de reconhecimento, para sustentar a defesa do Havá contra ataques aéreos. Os recursos americanos eram escassos, e a estratégia americana conscientemente deu prioridade ao Atlântico e para sustentar a ainda mais fraca defesa das Filipinas. Todavia, o Almirante Kimmel e o General Short não se encontravam sem recursos para a defesa contra ataque aéreo no Havá. Juntos, os dois tinham 49 aeronaves Catalinas prontas, em condições para o patrulhamento a longa distância, e seis B-17 bombardeiros de lon-

go alcance em condições para reconhecimento. Eles tinham ainda significativa força de cruzadores com aeronaves anfíbias para observações escoteiras, destróieres, várias estações de radares instalados em terra capazes de detectar aeronaves a razoável distância, estações costeiras de vigilância, aproximadamente cem caças P-40 (os mais modernos no inventário americano) e várias centenas de canhões antiaéreos em terra e nos navios no porto.

Havia significativas exigências a serem priorizadas nos frágeis Catalinas e limitações práticas quanto ao emprego dos outros recursos. Contudo, se propriamente empregados de modo integrado e coordenados a um razoável estado de prontidão, esses recursos teriam feito uma enorme e talvez crítica diferença nos eventos de 7 de dezembro.

Somente os canhões dos navios foram capazes de responder em número significativo em 7 de dezembro. Todavia, nem todos foram capazes de responder imediatamente. As aeronaves de reconhecimento foram destinadas para outras tarefas. O uso de destróieres, e de cruzadores com seus aviões anfíbios em reconhecimento, aparentemente não foi considerado. Os radares foram usados somente para treinamento e não durante o momento do ataque. As estações de observação costeira não estavam guarnecidas. Os caças estavam em alerta de quatro horas. Os canhões das baterias anti-aéreas móveis não estavam posicionados, e a munição foi mantida separada dos canhões. E, a despeito da existência de acordos e planos de cooperação na defesa aérea, o sistema de defesa aérea não estava coordenado entre o Exército e a Marinha.

Finalmente, medidas de defesa passiva disponíveis teriam diminuído o efeito dos ataques ocorridos. **Primeiro**, os padrões deveriam ter sido alterados em resposta ao aumento das tensões. A Marinha treinava duro durante a semana, porém seus navios geralmente en-

contravam-se no porto aos sábados e domingos. A chave do planejamento japonês era a localização previsível dos navios da Esquadra. **Segundo**, o estacionamento das aeronaves foi construído, porém não foi usado porque o medo de sabotagem era maior do que o medo de ataque aéreo. Não houvessem algumas aeronaves sido alinhadas asas com asas e permanecido nos estacionamentos protegidos, as baixas em material teriam sido aliviadas. **Terceiro**, despistadores antitorpedos ou redes deveriam ter sido usados em Pearl Harbor para proteção de ataques de aviões torpedeiros. Esses itens não foram fornecidos ao Almirante Kimmel, porém ele deveria tê-los solicitado. **Quarto**, o Almirante Kimmel e o General Short deveriam ter usado barragens de balões em áreas selecionadas a fim de restringir as aproximações mais perigosas às “linhas de encouraçados”.

Embora os comandantes no Havaí falhassem em preparar-se adequadamente à luz das informações que possuíam, outras informações estavam disponíveis em Washington e não foram a eles transmitidas. Altíssimos escalões do Exército e da Marinha em Washington tinham acesso às interceptações, classificadas secretas, das comunicações diplomáticas japonesas (destacadamente as mensagens “*bomb plot*”, “*winds*” e “quatorze partes”), as quais indicavam confirmações cruciais da iminência da guerra. Lidas em conjunto, com a tranquilidade, o foco e a clareza que permitem a análise de acontecimentos pretéritos, essas mensagens apontam fortemente para um ataque a Pearl Harbor na madrugada de 7 de dezembro.

**Embora os comandantes
no Havaí falhassem em
preparar-se
adequadamente à luz das
informações que possuíam,
outras informações
estavam disponíveis em
Washington e não foram a
eles transmitidas**

Todavia, não está claro que essas mensagens tivessem sido lidas em conjunto. A “*bomb plot*” – única que aponta claramente para Pearl Harbor – parece não ter sido corretamente interpretada, ou largamente disseminada àquele tempo. A mensagem “*winds*” aponta para a crescente ameaça de ataque, um ponto que as mensagens de “alerta de guerra” de 27 de novembro tenta transmitir. As mensagens “*pilot*”, “quatorze partes” e “one o’clock” apontam, na tarde de 6 de dezembro, para a guerra na madrugada (hora de Havaí) no dia 7 – não para um ataque ao Havaí, porém o alto escalão militar em Washington não estava nem entusiasmado nem com vontade em transmitir esses avisos aos comandantes no Havaí.

Várias teorias conspiratórias foram elaboradas, porém nenhuma evidência tem sido oferecida para apoiá-las. Antes, a evidência do manuseio dessas mensagens em Washington revela alguma inépcia, alguma injustificada assunção e erro de estimativas, coordenação limitada, linguagem ambígua e

falta de clareza e acompanhamento em alto nível.

Juntas, essas características resultaram em falha pelas altas chefias do Exército e da Marinha para uma completa apreciação e para encaminhar ao entendimento dos comandantes no Havaí o sentido do foco e a urgência que essas interceptações teriam engendrado. Os relatórios do Exército e da Marinha e o Comitê Conjunto do Congresso (JCC) com propriedade reconheceram e criticaram essas falhas como erros de julgamento, os quais devem estar colocados

ao lado daqueles cometidos pelos Almirante Kimmel e General Short.

Advogados do Almirante Kimmel e do General Short argumentam que as falhas em Washington para prover as interceptações críticas para os comandantes do Havaí os exime de qualquer erro cometido. Não os exime. Nenhum comandante na guerra tem sempre informações e recursos suficientes. É problema do comandante levar a cabo sua missão do melhor modo que ele puder com as informações e recursos disponíveis a ele. Certamente, ao colocar confiança exclusiva em Washington para alertas de ataques aéreos táticos, bem como estratégicos, foi cometido um ato de inapropriada colocação de fé.

Enfim, esta revisão das investigações de Pearl Harbor e das evidências disponíveis indica nenhuma razão para reverter as conclusões do Exército e da Marinha e da JCC de que o Almirante Kimmel e o General Short cometeram erros de julgamento no uso das informações e no emprego das forças a eles disponíveis.

Advogados do Almirante Kimmel e do General Short também sugeriram que eles foram tratados em nível mais alto do que seus superiores. Leitura cuidadosa dos procedimentos e registros daqueles painéis sugere claro reconhecimento das faltas em todos os níveis. Ambos eram as mais altas patentes em Pearl Harbor; foi apropriado submeter suas ações a um escrutínio mais apurado e os responsabilizarem por seus atos.

Adicionalmente, as decisões que afetaram o Almirante Kimmel e o General Short

foram costuradas para suas situações individuais; o que aconteceu ou não aconteceu com outros não é uma consideração apropriada. Finalmente, a catástrofe de Pearl Harbor permanece um distinto e único evento histórico na história dos EUA, e isto explica, em parte, por que os dois foram singularmente afetados por ela.

Finalmente, advogados do Almirante Kimmel e do General Short sustentaram que as investigações de Pearl Harbor foram conduzidas de maneira injusta para aqueles oficiais. Contudo, nenhuma dessas investigações constituiu-se em um tribunal de justiça, e nenhuma tinha o poder

de impor sentenças ou punir um indivíduo, muito menos apresentar acusações contra qualquer um. Antes, as investigações foram para a busca de fatos. Não existe geralmente direito para “em razão do processo” – no sentido da presença de advogado e para o cruza-

mento dos depoimentos das testemunhas – em uma investigação para a busca de fatos. E o General Short declarou àquele tempo que os registros da Comissão Conjunta, se não o que ela obteve, determinaram justificativa para sua posição. É bastante interessante que nenhuma nova descoberta emergiu, desde a publicação do trabalho da citada Comissão, que pudessem radicalmente mudar os fatos contidos no que fora publicado. Certamente, os 39 volumes de audiências e exposições determinaram as bases fatuais para quase todas as modernas interpretações.

Certamente, ao colocar confiança exclusiva em Washington para alertas de ataques aéreos táticos, bem como estratégicos, foi cometido um ato de inapropriada colocação de fé

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<HISTÓRIA>; / História dos Estados Unidos; Segunda Guerra Mundial;